



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE
CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PROPOSTA

De: Presidente da Câmara
Luis Miguel Franco (Dr.)

Para: Reunião de Câmara

Data: 10.11.2014

Assunto: *Análise e tomada de posição da Câmara Municipal sobre Proposta de Orçamento de Estado para 2015*

No passado dia 15 de Outubro, o Governo entregou na Assembleia da Republica, a proposta de lei do orçamento de Estado para 2015 (PLOE/2015).

Tal como é afirmado no comunicado da Associação Nacional de Municípios Portugueses, do passado dia 28 de Outubro, este é um orçamento de continuidade "*nas restrições à autonomia e gestão do poder local*",

2015 será um ano marcado, de novo, não só pela asfixia financeira das autarquias como também por uma ingerência inaceitável do Poder Central às mesmas.

O ano que vem vai ser um ano de difícil gestão. Prova disso é que nesta PLOE/2015, insiste-se muito na chamada "fiscalidade verde" mas continua omissa qualquer medida relativa, por exemplo, à redução para a taxa mínima do IVA aplicável à iluminação pública.

As autarquias continuam sem saber como se chega aos valores das transferências do Estado, não há cálculos nem indicadores que possam confirmar se os valores estão corretos, à luz da Lei que os determina.

Não obstante a Câmara Municipal ver aumentadas as suas transferências em cerca de 160 mil euros, a realidade é que, em termos acumulados, desde 2010, o Município sofreu cortes sucessivos que ascendem a 2 milhões de euros.

As autarquias continuam a ser obrigadas a despedir e a não poder contratar trabalhadores fazendo-se, assim, tábua rasa da realidade específica e das necessidades de cada um dos concelhos;

As autarquias continuam a ser condicionadas por diplomas legislativos impeditivos de uma gestão corrente eficaz e desburocratizada.



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE
CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PROPOSTA

Esta PLOE/2015, prossegue uma política de destruição salarial nomeadamente no que aos trabalhadores da administração pública diz respeito. A manutenção do congelamento dos salários, que se verifica desde 2010, consubstancia já uma quebra de 8,3% do salário real destes trabalhadores.

A manutenção da norma que reduz os montantes pagos pelas horas extraordinárias, muitas vezes a solução para colmatar os baixos rendimentos, é inaceitável. São cortes na ordem dos quase 40% no pagamento da 1ª hora de trabalho extraordinário (passando de 50 para 12,5%), ou de mais de 50% nas horas seguintes (passando de 75 para 18,75%).

Este orçamento mantém ainda o pagamento do subsídio de Natal de forma fracionada, o que confirma que este governo mentiu quando afirmou que esta seria uma medida provisória e não definitiva, como agora se afigura.

Ainda no que diz respeito aos trabalhadores, esta PLOE/2015, mantém o congelamento das carreiras, dos prémios de desempenho e a não alteração do valor do subsídio de almoço.

Esta política de depauperação da administração pública é consubstanciada não só no contínuo ataque aos direitos dos trabalhadores, como atrás foi referido, mas também na contínua redução dos mesmos. Com efeito, desde 2009, já são menos 122 mil trabalhadores no setor público, o que de forma paulatina, põe em causa a prestação do serviço público às populações de forma competente e eficaz e empurra para a solução da privatização de alguns serviços.

Aliás, prova da intenção de continuação desta política é a norma constante neste Orçamento, que propõe um infundado limite de 35% de despesas com pessoal, o que a ser cumprido, inviabilizaria por completo a prestação do serviço público.

Como temos reiteradamente afirmado, os trabalhadores são o principal ativo da Câmara Municipal e esta permanente afronta não pode e nem será tolerada por este Executivo.

Também no que diz respeito à componente social, este orçamento de estado é restritivo e atentatório de direitos constitucionalmente consagrados. Esta PLOE prevê um corte de 100 milhões de euros nas prestações sociais.



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE
CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PROPOSTA

Mais uma vez, a educação sofrerá cortes inaceitáveis, desta vez serão cerca de 700 milhões de euros a menos nos níveis de ensino básico e secundário. Este corte faz parte de uma política de desresponsabilização do governo nesta área e serve de argumento para a descentralização de cada vez mais competências para as autarquias, em matéria de educação, sem os devidos meios financeiros.

Este será um orçamento de uma brutal injustiça fiscal, um orçamento que, em detrimento das famílias, concede apoios financeiros aos grandes grupos económicos e financeiros; um orçamento que dificultará ainda mais a vida dos portugueses, em que a população do concelho de Alcochete se inclui. A Câmara Municipal, associa-se à Associação Nacional de Municípios e reafirma o seu o total e inequívoco desacordo a esta PLOE/2015, porquanto tudo o que já foi referido.

Assim, face ao exposto, proponho:

- 1) Que o Executivo municipal, manifeste a sua oposição clara e inequívoca a esta PLOE/2015;
- 2) Remeta esta posição para reflexão e deliberação da Assembleia Municipal.

Alcochete, 11 de Novembro de 2014

O PROPONENTE

Aprovado em minuta, na reunião de ___ / ___ / ___, para efeitos do disposto do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O PRESIDENTE DA CÂMARA
